

›ages



**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Faculdade AGES de Senhor do
Bonfim**

Senhor do Bonfim/BA

2023.

1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Faculdade AGES de Senhor do Bonfim, foi criada no ano de 2017, com a finalidade de atuação no ensino superior. Através da Portaria nº 402 de 24 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2017, deu-se o credenciamento da Faculdade junto ao Ministério da Educação para a oferta de cursos superiores, tendo sido autorizados os cursos de Bacharelado em Administração, Bacharelado em Engenharia Civil, Licenciatura em Educação Física por meio da Portaria 417 de 05 de maio de 2017, e o curso de Licenciatura em Letras por meio da Portaria 418 de 05 de maio de 2017.

As atividades da Faculdade iniciaram-se em instalações localizadas à Rodovia Lomanto Júnior, BR 407, KM 104, s/n, no centro da cidade de Senhor do Bonfim - BA, com instalações apropriadas para o funcionamento de uma Instituição de Ensino Superior.

Em 02 de abril de 2020 a instituição encaminhou, por meio do processo 202003614, o seu credenciamento e em 04 de novembro de 2021, por meio do processo 202123930, foi solicitado o credenciamento para a oferta de cursos EAD, cujo processo está vinculado à autorização do curso de Direito pelo protocolo 202123931. Todos estes 3 processos estão em análise pelo MEC, aguardando o encaminhamento e agendamento da visita.

As evidências do potencial de nosso país para o ensino superior são demonstradas pelo número crescente de matrícula no ensino médio. Atento a esse fato e às exigências do mundo do trabalho, a Instituição vem, constantemente, desenvolvendo projetos de novos cursos que atendam à demanda dos diversos setores da sociedade.

As iniciativas da Faculdade AGES de Senhor do Bonfim estão sintonizadas com modelos acadêmicos preocupados com as transformações sociais motivadas pela exigência da globalização, da economia e dos constantes avanços tecnológicos. A tríade ensino, investigação científica e extensão é norteadora dos caminhos a serem trilhados pela instituição, sempre em defesa de um ensino que construa conhecimento, desenvolva ciência e enfatize o homem como a essência da tecnologia.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Administração Pública
Grau: Bacharelado
Modalidade: Presencial
Duração do curso: 08 semestres
Prazo máximo para integralização do currículo: 13 semestres
Carga horária: 3.100 hora-relógio

3. PERFIL DO CURSO

3.1. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

É nesse contexto descrito anteriormente que o curso de Administração Pública da Faculdade AGES de Senhor do Bonfim estará inserido.

Com um ambiente de negócios cada vez mais competitivo e as necessidades das organizações em um mundo globalizado, a gestão eficiente das organizações ganha notável importância para a sobrevivência e o sucesso. Preparar colaboradores para esta necessidade é fundamental.

Associado a esta realidade, promover o desenvolvimento humano, suportando o desenvolvimento comportamental (tanto individual quanto em grupo), bem como adaptar as organizações e as pessoas às necessidades de cada cultura organizacional ao planejamento, execução e controle dos processos da administração pública e a defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado, são premissas ao administrador público. A partir de então, o curso de Administração Pública engloba princípios, métodos e técnicas, capacitando o profissional para exercer suas funções suportando as organizações e seus colaboradores.

A expectativa do mundo do trabalho para o Administrador Público em mercados considerados altamente competitivos está se tornando cada vez maior. Seu papel passa a ser uma condição essencial em empresas do primeiro, segundo e terceiro setores, contribuindo para que a atividade econômica nas diversas localidades de um país continental como o Brasil tenha em seu quadro de colaboradores profissionais habilitados em lidar com as questões relacionadas com, por exemplo, o diagnóstico do cenário político, econômico, social e legal da administração pública, gestão de projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional, desenvolvimento de ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão, no escopo conceitual e especialmente na prática, sabendo atuar de maneira decisiva para garantir o crescimento econômico regional, sempre dentro de princípios éticos da profissão.

O perfil comportamental necessário para atuação nas empresas tem sido alterado nos últimos anos, e há a necessidade de gestores públicos preparados a esta nova realidade. Nesse contexto, o profissional da área de Administração Pública precisa gerenciar e planejar inovações tecnológicas nos processos de gestão pública e aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional, dentre outros, que sejam apropriados às necessidades das organizações, garantindo as operações das rotinas em geral necessárias à profissão.

A oferta de Administração Pública pauta-se pela necessidade de oferecer aos alunos uma formação na área da gestão que os prepare para os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional, de produção do conhecimento e de domínio de novas tecnologias, visando à sua progressiva autonomia profissional e intelectual. O curso promove o envolvimento de professores e alunos em um processo de construção coletiva do conhecimento, gerando autonomia e capacidade de tomada de decisão por parte dos discentes. Além disso, a oferta do curso atende à demanda da sociedade, a fim de acompanhar o desenvolvimento econômico, populacional e das transações entre empresas do país e estrangeiras, fortalecendo a economia e aumentando os índices de empregos formais.

O Curso de Administração Pública é reconhecido pelo Conselho Federal de Administração e, apesar de ser um curso relativamente novo, possui grande importância para o desenvolvimento do país, já que busca formar profissionais capacitados para gerir organizações e instituições públicas.

O período atual está sendo caracterizado pela globalização, fato esse que resulta em uma sofisticação dos empregos atuais. A consequência imediata disso é a rapidez no acesso a novas tecnologias, o que acarreta trabalhos cada vez mais intelectuais ao invés de braçais. Atualmente, toda organização, independentemente do seu porte ou do seu mercado de atuação, tem a necessidade de controlar e automatizar o fluxo das informações que trafegam entre seus setores. Diante desse cenário, o curso de Administração Pública contribuirá com essa demanda de profissionais que atuam no gerenciamento de ações vinculadas à prestação de serviços públicos, buscando

soluções ótimas, legais e éticas, mas também em respeito ao desenvolvimento sustentável do país.

O Curso de Administração Pública não está restrito ao setor público. Na respectiva da Diretriz Curricular Nacional, constam os saberes, as competências que o egresso precisa desenvolver ao longo do curso, as quais geram oportunidades para que os alunos possam ingressar no mercado de trabalho em empresas como:

- empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria;
- organizações privadas prestadoras de serviço público;
- organizações sem fins lucrativos;
- órgãos públicos;
- indústrias de transformação, como: automóveis, eletrodomésticos, máquinas e equipamentos, enfim, setores que fabricam algum tipo de produto tangível;
- empresas de serviços, tais como: comércio varejista e atacadista, tecnologias de informação, comunicação e computação, empresas de transporte (rodoviário, férreo, aéreo, marítimo e outros modais), construção, consultorias em gestão, hospitais, treinamentos e cursos em geral, dentre outras;
- agências reguladoras e empresas públicas, tais como: Correios, Petrobras, Agência Nacional de Energia, Agência Nacional de Petróleo, BNDES, dentre outras;
- empresas privadas de petróleo, usinas de açúcar, empresas de telefonia, agroindústrias, indústrias de alimentos, de base tecnológica;
- institutos e centros de pesquisa; e
- instituições financeiras e bancos de investimento.

A Faculdade AGES de Senhor do Bonfim atua no oferecimento de Ensino, Investigação Científica e Extensão, de forma articulada, procurando atender as diversas demandas das organizações sociais. Nesse contexto, este curso foi concebido de forma integrada aos demais cursos da instituição, de modo a fazer parte de um corpo educacional maior, de alta qualidade e com o perfil dinâmico que

possuímos, nos comprometendo com os resultados quantitativos e qualitativos a que nos propomos, enquanto participe do cenário atual da educação superior no Brasil.

A oferta de novos cursos superiores nos campi da IES permite ampliar nossos espaços privilegiados para a formação profissional que incentivam a reflexão crítica, o respeito às diversidades em todas as suas formas de manifestação, a criatividade, a predisposição em inovar e a interação com a sociedade, visando formação contemporânea comprometida com o desenvolvimento sustentável em todas as suas vertentes e a serviço do interesse público e do bem-estar da sociedade, que é o caso dos bacharéis em Administração Pública.

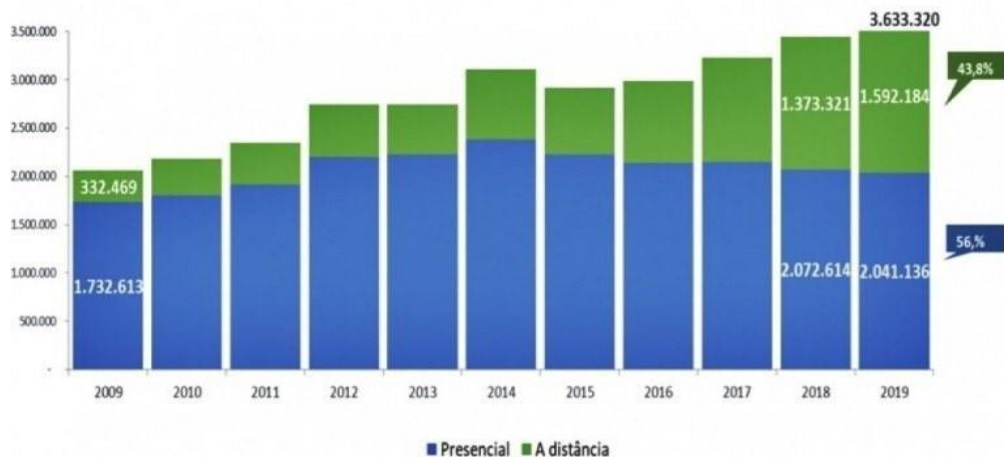
A rigor, o que norteou a criação do Curso de Administração Pública na Faculdade AGES de Senhor do Bonfim foram as análises que realizamos a partir de dados do CENSO, do PNE, do IBGE, do PIB das várias regiões brasileiras, de estudos envolvendo o município de Senhor do Bonfim e municípios vizinhos e também o *gap* de 12% observado na taxa líquida de matrículas na educação superior para a população entre 18 e 24 anos (CENSO 2018).

O Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/14) tem como meta elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos. Hoje, a taxa líquida é de 21,5% (Censo 2019).

Para alcançar os objetivos previstos no PNE, há necessidade de continuar investindo cada vez mais na educação, tanto pública quanto privada. Perdemos para a Argentina (48%), passamos longe de Portugal (50%) e não conseguimos nem divisar a Coreia do Sul (78%). Apesar da expansão do ensino superior nos últimos anos, essa expansão ainda é insuficiente para igualarmos, ao menos, os índices de alguns dos nossos vizinhos latino-americanos.

Nos próximos 15 a 20 anos cerca de 20 milhões de brasileiros deverão buscar espaço no ensino superior. Entre 2018 e 2019, o número de matriculados no ensino superior passou de 8,4 para 8,6 milhões (Censo 2019), dos quais 43,8% foram ingressantes em cursos a distância. Ainda em termos de ingressantes, o Censo de 2019 apresenta que 24,17% dos mesmos estava em IES públicas e 75,83% nas privadas.

Figura 1 - Número de ingressos em curso de graduação por modalidade de ensino de 2009 a 2019



Fonte: Censo 2019.

Com o ensino fundamental caminhando para sua universalização, as políticas governamentais brasileiras estão voltadas para o aumento da escolaridade da população tanto no ensino médio quanto no ensino técnico, o que acarretará uma demanda crescente por ensino superior nos próximos anos. E é dentre os concluintes dos cursos de ensino médio e técnico que se pode encontrar indicadores que permitam supor entrantes em potencial para cursos de nível superior.

Os estudos que antecederam a oferta do Curso Administração Pública na Faculdade AGES de Senhor do Bonfim, identificaram aspectos importantes que foram considerados neste projeto pedagógico. Mais especificamente, as mudanças constantes no mundo do trabalho, decorrentes das grandes transformações socioculturais e das inovações tecnológicas, provocam um reordenamento social e adequações na área de gestão e de negócios. Nesse contexto, torna-se crucial o desenvolvimento de competências e habilidades no profissional que atue como administrador público e também nos novos empreendedores, para a assunção de responsabilidades frente a situações complexas, com capacidade para lidar com eventos inéditos, preparados para tratar de problemáticas sociopolíticas, econômicas, mercadológicas, gerenciais e de controle das operações estratégicas para o sucesso das organizações, tanto públicas quanto privadas.

O papel do Administrador Público não pode ser reativo, mas sim o de desempenhar importante auxílio no processo de tomada de decisão, devendo prospectar e analisar

fatos, com sólida competência para soluções integradas e inovadoras que otimizem o uso racional e sustentável de recursos, analisar a concorrência interna e externa, identificar oportunidades para expansão dos negócios, minimizar custos, melhorar a performance sustentável e a eficácia dos processos para garantir a oferta de produtos/serviços com elevado padrão de qualidade, aumentar a competitividade das organizações, compreender as variáveis comportamentais, sociopolíticas, mercadológicas e de consumo que envolvem as atividades produtivas, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

A responsabilidade social das organizações e a necessidade de políticas e estratégias para a sustentabilidade socioambiental impõem, hoje, novos desafios para o gestor que formamos na Faculdade AGES de Senhor do Bonfim, considerando a necessidade de um profissional que tenha visão global e sistêmica, propenso a interagir com profissionais de outras áreas, com espírito empreendedor, criativo, inovador, crítico e comportamento moral e ético.

O Administrador Público que buscamos formar precisa estar consciente de que o crescimento econômico é um objetivo meio, e não final, de potencialização da sua expertise no sentido do pleno desenvolvimento sustentável, buscando eliminar desigualdades de toda a natureza e interagindo de forma saudável com o meio ambiente natural; este é o objetivo fim: desenvolvimento da nação.

Partindo-se da legislação vigente e observando-se as Diretrizes Curriculares Nacionais, realizou-se minucioso estudo sobre atividades econômicas de interesse público direto, em que se envolveu o corpo docente atual da Instituição, bem como profissionais externos, com formação e atuação específica na área, onde se buscou, também, identificar as necessidades e potencialidades nacionais para uma eficaz gestão das organizações, que serão detalhadas na sequência deste projeto pedagógico.

De caráter mais abrangente, um estudo realizado pela Fundação Dom Cabral com 130 grandes empresas de todas as regiões do Brasil, com receitas de US\$ 350 bilhões (22% do PIB), constatou que 92% dessas empresas têm grande dificuldade de contratar profissionais nos níveis operacionais, técnico e tático, sendo o nível estratégico suprido via contratação de serviços prestados por empresas/profissionais

especializados na localização e aproximação com esse nível de executivos (conhecidos como *head-hunters*). Segundo esse estudo, as maiores dificuldades das empresas estão na contratação de profissionais com visão e abordagem estratégicas (CARDONA, 2011)¹.

Em relação às ofertas de cursos superiores na “grande área da Administração”, recente estudo realizado pelo Conselho Regional de Administração de São Paulo (CRA-SP) a partir dos dados do Censo da Educação de 2014 do MEC/Inep², identificou que os cursos bacharelados representam 28% das ofertas, enquanto os cursos superiores de tecnologia já somam 72%. Se por um lado esses percentuais reforçam a aceitação dos cursos tecnológicos pelo mercado empresarial e pelos estudantes brasileiros, há de se ressaltar que é necessário estimular os estudantes a ingressarem em cursos em nível de bacharelado dada a contribuição dessa graduação para a formação de pessoal com visão mais abrangente, holística e estratégica.

Os profissionais com formação nessa área devem estar aptos a trabalhar na administração pública federal, estadual e municipal, nos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo em cargos efetivos e comissionados. Além disso, conhecimentos em administração pública são bastante relevantes para as organizações do Terceiro Setor e para as empresas privadas, que estão a todo momento se relacionando com o setor público.

Com um ambiente de negócios cada vez mais competitivo e as informações circulando rapidamente no mundo globalizado, a gestão eficiente das organizações ganha notável importância. A expectativa do setor para o administrador público em mercados considerados altamente competitivos e dinâmicos, está se tornando cada vez maior. São diversos os fatores que levam a sociedade e as organizações a exigirem que os serviços públicos sejam cumpridos com qualidade, rapidez e com maior segurança. Assim, o desafio para o administrador público está em proporcionar à sociedade a melhor solução com o menor custo e com sustentabilidade.

¹ CARDONA, S. M. Apagão: setor de logística sofre com escassez de mão de obra. Revista Tecnológica. vol. 17, n. 7, jul, 2011.

² Ensino Superior em Administração no Brasil. Departamento de Relações Acadêmicas do CRA-SP, 2018.

O período atual está sendo caracterizado pela globalização, fato esse que resulta em uma sofisticação dos empregos atuais. A consequência imediata disso traz a rapidez no acesso a novas tecnologias, o que acarreta trabalhos cada vez mais intelectuais em vez de braçais. Diante desse cenário, o Curso de Administração Pública contribuirá com essa demanda de profissionais que atuam na Gestão Pública, Gestão Social e Gestão de Políticas Públicas na busca por soluções ótimas, legais e éticas, mas também em respeito ao desenvolvimento sustentável do país.

Atento ao cenário aqui descrito e pautado nos valores institucionais, o Curso de Administração Pública da Faculdade AGES de Senhor do Bonfim corresponde a uma necessidade do mercado e proporciona a formação de profissionais com grande versatilidade para atuação nos diferentes segmentos, assegurando as competências e as habilidades necessárias à profissão. O cenário empresarial da região em que estamos localizados, dinâmico e ainda carente de uma maior profissionalização, necessita de profissionais com esse perfil.

4. FORMAS DE ACESSO

O acesso aos cursos superiores poderá ocorrer das seguintes formas: alunos calouros aprovados no vestibular, na seleção do Prouni ou usando a nota do Enem. Os cursos superiores são destinados aos alunos portadores de diploma de, no mínimo, ensino médio. A IES publicará o Edital do Vestibular, regulamentando o número de vagas ofertadas para cada um dos cursos, a data e o local das provas, o valor da taxa de inscrição, o período e o local de divulgação dos aprovados, além dos requisitos necessários para efetivação da matrícula. O edital contemplará também outras informações relevantes sobre os cursos e sobre a própria Instituição. Haverá, ainda, a possibilidade de Vestibular Agendado, processo seletivo em que o candidato poderá concorrer às vagas escolhendo a melhor data entre as várias oferecidas pela instituição.

O processo seletivo será constituído de uma prova de redação e de uma prova objetiva de conhecimentos gerais, composta por questões de múltipla escolha, nas áreas de Ciências da Natureza e Suas Tecnologias; Ciências Humanas e Suas Tecnologias; Matemática e Suas Tecnologias; e Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias.

A prova de redação irá propor um tema atual a partir do qual serão verificadas as habilidades de produção de texto, raciocínio lógico, coerência textual, objetividade, adequação ao tema e aos objetivos da proposta, coerência, coesão, pertinência argumentativa, paragrafação, estruturação de frases, morfossintaxe, adequação do vocabulário, acentuação, ortografia e pontuação.

4.1. OBTENÇÃO DE NOVO TÍTULO

Na hipótese de vagas não preenchidas pelos processos seletivos, a Instituição poderá, mediante processo seletivo específico, aceitar a matrícula de portadores de diploma de curso de graduação, para a obtenção de novo título em curso de graduação preferencialmente de área compatível, nos termos da legislação em vigor.

4.2. MATRÍCULA POR TRANSFERÊNCIA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), no artigo 49, prevê as transferências de alunos regulares, de uma para outra instituição de ensino, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas e mediante processo seletivo. De acordo com as normas internas, a Instituição, no limite das vagas existentes e mediante processo seletivo, pode aceitar transferência de alunos, para prosseguimento dos estudos no mesmo curso ou em curso afim, ou seja, da mesma área do conhecimento, proveniente de cursos autorizados ou reconhecidos, mantidos por instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, com as necessárias adaptações curriculares, em cada caso.

Todas essas diretrizes valem para o curso e serão objeto de comunicação com o ingressante, pelo site institucional ou por comunicação direta.

5. OBJETIVOS DO CURSO

5.1. OBJETIVO GERAL

Em alinhamento com a Diretriz Curricular Nacional, o objetivo geral do Curso Bacharelado em Administração Pública da Faculdade AGES de Senhor do Bonfim é formar profissionais com visão sistêmica e estratégica, capacidade analítica e de liderança/comando, enfim, ser um agente de mudanças para o desenvolvimento organizacional e do país.

5.2. OBJETIVO ESPECÍFICO

Além do objetivo geral acima descrito, o curso conta ainda com os seguintes objetivos específicos que compreendem competências e especializações definidas pelo Núcleo Docente Estruturante do curso para cada uma das unidades curriculares que compõem a matriz do curso, em alinhamento as normativas do curso. Esse conjunto de objetivos envolve:

- Diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da administração pública, desenvolvendo e aplicando inovações científico-tecnológicas nos processos de administração pública;
- Planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional, aplicando metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional;
- Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão;
- Promover o desenvolvimento de competências atitudinais (*soft skills*), técnicas (*hard skills*), de grupo (negociação, liderança, poder e solução de conflitos) e organizacional (cultura, estrutura e tecnologias);

- Participar do desenvolvimento, implantação e disseminação do sistema de informações de administração pública, indicando bases de dados geradas e mantidas pela empresa e por outras fontes fidedignas disponíveis (entidades de classe, institutos de pesquisa, administração pública, órgãos reguladores e pesquisas científicas), para subsidiar o processo decisório na execução de políticas de administração pública;
- Atuar preventivamente para evitar vulnerabilidades perante o arcabouço legal vigente; e
- Desenvolver estudos conectados com as políticas públicas, estabelecendo procedimentos de administração pública que atendam demandas da sociedade e exigências legais a fim de se relacionar de maneira adequada com os *stakeholders* e *shareholders*, minimizando riscos, turbulências e conflitos.

6. PERFIL DO EGRESSO

Por perfil e competência profissional do egresso, entende-se:

Uma competência caracteriza-se por selecionar, organizar e mobilizar, na ação, diferentes recursos (como conhecimentos, saberes, processos cognitivos, afetos, habilidades, posturas) para o enfrentamento de uma situação-problema específica. Uma competência se desenvolverá na possibilidade de ampliação, integração e complementação desses recursos, considerando sua transversalidade em diferentes situações (BRASIL Inep, 2011, p. 22).

O curso de Administração Pública da Faculdade AGES de Senhor do Bonfim define como perfil de seu egresso, tendo como referência os critérios presentes nas diretrizes curriculares nacionais e no catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia, um profissional centrado em sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares à profissão, além da visão histórica do pensamento gerencial, aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial, com capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a administração pública, revelando assimilação e domínio da formação de conhecimento na área, de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social, indispensável ao enfrentamento de situações e transformações políticas, econômicas e sociais, contextualizadas na sociedade brasileira e no conjunto das relações econômicas mundiais.

Esse profissional precisa estar qualificado para autogerenciar seu aprendizado e sua formação continuamente e permanentemente, para atuar no mercado de trabalho de forma diferenciada, com ética, responsabilidade, transparência e legitimidade.

Seu perfil profissional foi delineado de forma a que o egresso expresse as seguintes competências:

- desenvolver raciocínios logicamente consistentes;
- ler e compreender textos gerenciais e técnicos relacionados à profissão;
- elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na sua área de atuação;
- utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentados pela ciência;
- utilizar instrumental apropriado para analisar situações históricas concretas;

- utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise de fenômenos que estejam no seu campo de atuação;
- desenvolver e gerir processos e funções com ética, qualidade, coerência e em conformidade com os princípios da sustentabilidade, do *compliance* e do desenvolvimento do país;
- apresentar flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação do gestor público;
- reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, definir e modificar processos, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo de tomada de decisão;
- desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se um profissional adaptável;
- desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos e estudos em organizações públicas e no âmbito público/governamental;
- reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- desenvolver capacidade de participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública; e
- desenvolver capacidade para realizar consultoria e pareceres técnicos.

Adicionalmente, o projeto pedagógico do curso de Administração Pública considera como **competências distintivas** do seu egresso:

Empreendedorismo

- Capacidade de antecipar e perceber oportunidades e ameaças;
- Habilidades em desenvolver políticas corporativas pela aplicação prática de conhecimentos construídos;
- Desenvoltura no relacionamento interpessoal;
- Capacidade para adotar atitudes empreendedoras e inovadoras, tanto em negócios próprios como de terceiros (intraempreendedorismo).

Abordagem Sistêmica

- Capacidade analítica que integre os impactos dos papéis gerenciais nas mais diversas dimensões do ambiente organizacional;
- Compreensão das funções organizacionais e suas inter-relações;
- Compreensão, desenvolvimento e implementação de políticas e procedimentos em nível das unidades de negócios e nível corporativo;
- Gerenciamento e otimização de indicadores de eficiência e de produtividade; e
- Definição de metas a partir das estratégias estabelecidas para o negócio, controlando-as com acuidade.

Liderança

- Habilidade para motivar pessoas em torno de projetos e objetivos organizacionais;
- Capacidade para conduzir processos nos diversos níveis organizacionais requeridos;
- Promover e manter um ambiente de trabalho colaborativo, aberto a mudanças e livre de preconceitos de qualquer natureza e gênero.

Formação Humanística

- Desenvolver visão crítica para uma atuação ética, ambientalmente e socialmente responsáveis, transparente nos diversos contextos organizacionais e com predisposição para transferir conhecimentos ao público interno e, sempre que possível, também externo.

7. METODOLOGIAS DO ENSINO/APRENDIZAGEM

O currículo do Curso contempla novas ambientações e formas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem. Em termos didático-metodológicos de abordagem do conhecimento, isso significa a adoção de metodologias que permitem aos estudantes o exercício interdisciplinar permanente do pensamento crítico, da resolução de problemas, da criatividade e da inovação, articulado a um itinerário de formação flexível e personalizado.

No contexto da matriz curricular estão também previstos projetos ou trabalhos interdisciplinares, que abrangem atividades de diagnóstico e de propostas de intervenção que extrapole os limites da escola. As atividades pedagógicas proporcionam inclusive o alinhamento às necessidades e aos desejos dos estudantes, auxiliando-os na definição dos objetivos profissionais e pessoais que buscam alcançar, valorizando suas experiências e conhecimentos através de uma reformulação do seu papel como sujeitos da aprendizagem, com foco no desenvolvimento de sua autonomia.

A metodologia de ensino coloca ênfase nas metodologias ativas de aprendizagem³ estimulando a participação do estudante nas atividades em grupo ou individuais, considerando-o como sujeito social, não sendo possível o trabalho sem a análise das questões históricas, sociais e culturais de sua formação. Nesse contexto, em uma abordagem interacionista, o estudante é visto como um ser ativo para conhecer, analisar, aprender e, por fim, desenvolver-se como autor de sua aprendizagem.

Didaticamente, com a adoção das metodologias ativas o curso conquista uma maior eficiência na atividade educativa, deslocando-se o papel do educador como um mediador que favorece, de forma ativa e motivadora, o aprendizado do estudante crítico-reflexivo.

As metodologias ativas contribuem para o desenvolvimento das competências e das habilidades necessárias ao egresso do curso, estimulando o pensamento crítico-reflexivo, o autoconhecimento e a autoaprendizagem. Para isso, estão no escopo o uso de diversas metodologias ativas, como a sala de aula invertida (*flipped*

³ O papel positivo que exercem nas formas de desenvolver o processo de aprender tem sido o maior impulsionador de sua proliferação nos ambientes educacionais e o motivo central que levou a IES à sua incorporação.

classroom), a instrução por pares (*peer instruction*), o PBL (*project based learning e problem based learning*), o *storytelling*, dentre outras de acordo com as especificidades do curso e das Unidades Curriculares, havendo inclusive capacitações e programas de treinamento para os educadores.

Em suma, a abordagem didático-metodológica, no conjunto das atividades acadêmicas do curso, favorece o aprimoramento da capacidade crítica dos estudantes, do pensar e do agir com autonomia, além de estimular o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais em um processo permanente e dinâmico, estabelecendo a necessária conexão reflexiva sobre si e sobre a realidade circundante, em específico com temas contemporâneos, como ética, sustentabilidade e diversidade cultural, étnico-racial e de gênero.

Estão inclusas dentro dessas metodologias, o ensino híbrido (*blended learning*), abordagem metodológica na qual estudantes e educadores desenvolvem interações tanto no ambiente presencial como no ambiente online. Assim, as atividades presenciais são complementadas pelas atividades *online* e vice-versa, e os objetivos são alcançados com a interação efetiva entre as duas formas de ensino. Essa modalidade permite maior flexibilidade, interação e colaboração entre os estudantes, maior acessibilidade e interatividade na disponibilização de conteúdos. Com a constante evolução das tecnologias digitais, as atividades *online* envolvem tanto momentos síncronos - que são gravados para que o aluno se aproprie das discussões quantas vezes quiser e no momento que lhe for mais apropriado - quanto assíncronos, além de utilizarem recursos tecnológicos que dão dinamismo às aulas e atividades.

A instituição tem a inovação como um de seus pilares e a entende como um processo contínuo e de construção coletiva que se concretiza em um currículo vivo e em movimento que, com o apoio das tecnologias, busca integrar as experiências da formação profissional àquelas oriundas da relação com o mundo fora da escola.

Sendo assim, no currículo do curso, a hibridez é entendida como uma forma de traduzir um importante princípio do seu currículo que é a integração. Nos currículos integrados às Unidades Curriculares, provocam um movimento de cooperação profissional e de integração de pessoas e saberes, que refletem nas diferentes comunidades de aprendizagem, frequentadas pelos estudantes durante o seu

percurso formativo, aproximando a experiência acadêmica da realidade social e profissional.

Como recursos de ensino-aprendizagem são utilizadas as salas de aula virtual do Ulife, um dos muitos ambientes do ciberespaço e pode ser utilizada como ferramenta para aulas síncronas e assíncronas das Unidades Curriculares Digitais, cursos e projetos de extensão, realização e eventos, *workshops*, dentre outras. Nela, os objetos físicos dão lugar aos recursos educacionais digitais. Temos, ainda, a sala de aula invertida, ou *flipped classroom*, onde os alunos estudam previamente o material organizado e indicado pelo educador no ambiente digital virtual para dar continuidade a aprendizagem em ambiente físico, onde nesse momento o educador orienta, esclarece dúvidas e propõe atividades e debates acerca do tema estudado.

Como ferramenta de desenvolvimento da metodologia de ensino híbrido, o Ulife é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), ou *Learning Management System* (LMS), desenvolvido pelo grupo Ânima Educação, que propicia ao aluno acessibilidade aos materiais didáticos por todos e a qualquer momento, bem como mobilidade através de smartphones, computadores, dentre outras formas, possibilitando interações e trocas entre estudantes e educadores, permitindo retorno por meio de ferramentas textuais e audiovisuais, além do incentivo a pesquisa e produção de conhecimento.

É premissa do Ulife ser uma ferramenta em constante evolução, que já conta com vários e importantes recursos para a vida estudantil, como o Portal de Vagas, em que o estudante encontra oportunidades de estágio e emprego em diversas áreas. O portal disponibiliza trilhas de conteúdo, artigos e atividades elaboradas especificamente para o desenvolvimento profissional. Consultores online de carreira auxiliam na preparação dos estudantes para o mundo do trabalho, ao passo que uma área para a gestão de estágios acelera os processos necessários para a formalização dos contratos.

O Ulife é uma plataforma de ensino-aprendizagem, de acompanhamento da vida acadêmica e de planejamento da carreira profissional, que auxilia o estudante no decorrer de todo o seu percurso formativo, bem como na sua preparação para o mundo do trabalho.

8. ESTRUTURA CURRICULAR

Para a elaboração dos conteúdos curriculares foram analisados diversos fundamentos teóricos, em que se considerou a preparação curricular e a análise da realidade operada com referenciais específicos. Os currículos integrados têm a Unidade Curricular (UC) como componente fundamental, organizadas em 4 eixos: **Formação Geral, Formação na Área, Formação Profissional e Formação Específica**, que se integram e se complementam, criando ambientes de aprendizagem que reúnem os estudantes sob variadas formas, conforme detalhado no percurso formativo do estudante. A partir da estruturação das **Unidades Curriculares**, são formadas “**comunidades de aprendizagens**”, cujos agrupamentos de estudantes se diversificam.

A flexibilidade do Currículo Integrado por Competências permite ao estudante transitar por diferentes comunidades de aprendizagem alinhadas aos seus respectivos eixos de formação. O percurso formativo é flexível, fluído, e ao final de cada unidade curricular o aluno atinge as competências de acordo com as metas de compreensão estudadas e vivenciadas ao longo do semestre.

Figura 2 – Comunidades de aprendizagem e diversidade de ambientes



Assim, durante o seu percurso formativo, o estudante desenvolve, de forma flexível e personalizada, conforme perfil do egresso, as competências, conhecimentos, habilidades e atitudes de trabalho em equipe, resolução de problemas, busca de informação, visão integrada e humanizada.

O itinerário é flexível, visto que as atividades extensionistas e as complementares de graduação possibilitam diferentes escolhas, assim como as outras atividades promovidas pela instituição. A organização do currículo, contempla os conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e inclui, a articulação entre competências técnicas e socioemocionais, sendo este um dos grandes diferenciais do curso.

8.1. MATRIZ CURRICULAR

Curso:	Bacharelado em Administração Pública		
Carga Horária Total:	3100h		
Tempo de Integralização (em semestres)	Semestres	Mínimo 8	Máximo 13

Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Estruturas e ambientes das organizações	160	h
Unidade Curricular	Tomada de decisão	160	h
Vida & Carreira	Vida & Carreira	60	h

Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Aspectos humanos e socioculturais	160	h
Unidade Curricular	Ética, valores e cultura organizacional	160	h

Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Estado, política e direito	160	h
Unidade Curricular	Core curriculum	160	h

Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Fundamentos econômicos	160	h
Unidade Curricular	Gestão estratégica de finanças	160	h

Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Cenários e desenvolvimento socioeconômico	160	h
Unidade Curricular	Globalização e estratégia	160	h

Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Relações jurídicas internacionais	160	h
Unidade Curricular	Gestão de operações e serviços públicos	160	h

Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Relações estatais, meio ambiente e sustentabilidade	160	h
Unidade Curricular	Contabilidade pública, socioambiental e avançada	160	h

Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Trabalho de conclusão de curso	160	h
Unidade Curricular	Unidade curricular digital Personalizável	160	h

RESUMO DOS COMPONENTES CURRICULARES	CH EAD	CH PRES	Total CH
UNIDADES CURRICULARES	640	1600	2.240
VIDA & CARREIRA	60	0	60
UNIDADE CURRICULAR DIGITAL PERSONALIZÁVEL	160	0	160
EXTENSÃO	155	155	310
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	0	70	70
ESTÁGIO CURRICULAR	0	100	100
TCC	160	0	160
CH TOTAL	1175	1925	3.100

8.2. COMPATIBILIDADE DA CARGA HORÁRIA TOTAL (EM HORAS-RELÓGIO)

A Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007, dispõe sobre procedimentos a serem adotados, pelas instituições, quanto ao conceito de hora-aula e as respectivas normas de carga horária mínima para todas as modalidades de cursos – bacharelados, licenciaturas, tecnologia e sequenciais. Estabelece que a hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Ensino Superior, sendo sua organização uma atribuição das Instituições, desde que feitas sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos. Enfatiza, ainda, que cabe a instituição a definição da duração das atividades acadêmicas ou do trabalho discente efetivo que compreendem aulas expositivas, atividades práticas supervisionadas e pesquisa ativa pelo estudante, respeitando o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo.

Além de regulamentar a necessidade de a carga horária mínima dos cursos ser medida em horas (60min) **de atividade acadêmica e de trabalho discente efetivo**, cabendo as instituições a realização dos ajustes necessários e efetivação de tais definições em seus projetos pedagógicos, seguindo com a Convenção Coletiva de Trabalho- CLT local para o cálculo do pagamento da hora-aula docente.

Art. 1º A hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior.

§ 1º Além do que determina o caput, a hora-aula está referenciada às questões de natureza trabalhista.

§ 2º A definição quantitativa em minutos do que consiste em hora-aula é uma atribuição das Instituições de Educação Superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.

Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I – preleções e aulas expositivas;

II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Art. 3º A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo. (Resolução nº3, de 2 de julho de 2007)

Assim, amparada legalmente pela Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007 as **Unidades Curriculares** incentivam a pesquisa por meio da **busca ativa** como forma de garantir **o trabalho discente efetivo, por meio de atividades de pesquisas supervisionadas.**

Para isso, **conforme resolução institucional**, a hora-aula dos cursos presenciais compreende o total de 60 minutos, assim entendida:

- I. **50 Minutos:** para exposição de conteúdos e atividades que envolvem o processo de ensino aprendizagem;
- II. **10 Minutos:** para o exercício das atividades acadêmicas discente, denominadas como **busca ativa**. Sempre orientadas, acompanhadas e avaliadas pelos docentes das Unidades Curriculares, em consonância com as normativas de cada curso e com apoio das tecnologias digitais, principalmente para hospedar os materiais elaborados e curados pelos professores e que devem ser previamente estudados pelos alunos seguindo o conceito de sala de aula invertida.

Tendo em vista a premissa de que a pesquisa é imprescindível para o ensino, todas **Unidades Curriculares são complementadas com carga horária de busca ativa**, correspondendo à diferença entre 50min e 60min. Excluindo-se desta prática a carga horária de Atividades Complementares, das UCs ministradas na modalidade a distância, caso haja, e de Estágio Supervisionado, quando ofertado pelo curso, pois já são contabilizadas como horas relógio.

8.3. BUSCA ATIVA

A prática pedagógica denominada “**busca ativa**” consiste em uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem na qual se busca o desenvolvimento de competências, conhecimentos, habilidades e atitudes por meio de ações dos estudantes, **orientadas e supervisionadas pelos educadores das respectivas Unidades Curriculares**, com a finalidade de ampliar e problematizar a abordagem dos temas ministrados nos diversos ambientes de aprendizagem, trazendo à discussão novos elementos, promovendo uma reflexão crítica, ética e responsável sobre o tema e sobre o seu impacto na realidade de cada estudante e as possíveis respostas aos problemas da atualidade.

O estudante não é visto como um sujeito passivo, que apenas recebe informações e conhecimentos, mas sim como um **sujeito ativo**, incentivado a buscar outros pontos de vista e gerar suas significações, contribuindo para a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos construídos nas aulas.

Na prática, a busca ativa se concretiza por meio da pesquisa orientada em diversos tipos de formatos e linguagens, considerando a personalização do ensino, as individualidades dos estudantes e seus interesses, além da promoção da compreensão e da apropriação de linguagens, signos e códigos da área.

Com a busca ativa pretende-se despertar o interesse do estudante em relação aos temas propostos pelos educadores nas Unidades Curriculares, tornando-os mais independentes na busca do conhecimento, o que contribui inclusive com seu desenvolvimento profissional. Ao se tornar um hábito, a busca ativa perpetua o aprimoramento das competências, através da capacidade de seleção e identificação da relevância de um certo conteúdo a ser trabalhado.

Cabe aos educadores de cada Unidade Curricular propor as atividades acadêmicas relacionadas à busca ativa nos seus planos de aula, informando as diferentes possibilidades para o cumprimento da carga horária estabelecida para o curso e para a Unidade Curricular, com acompanhamento efetivo para fins de acompanhamento e avaliação.

Em consonância com a legislação supra, os projetos dos cursos fomentam a pesquisa

como metodologia de ensino- aprendizagem, por meio da **Busca Ativa** que engaja os estudantes na construção de suas aprendizagens, pelo trabalho de curadoria educacional, **orientada por projetos** cujos princípios norteadores são a pesquisa e a investigação ativa, além de fomentar a utilização dos recursos da plataforma Ulife (o ambiente virtual de aprendizagem da IES) em todas as suas funcionalidades.

Para a curadoria da Busca Ativa, o educador é o especialista na área de conhecimento da unidade curricular e conhece o planejamento em todos os seus pontos de articulação. Dessa forma, no desenvolvimento das aulas, realiza as conexões entre os tópicos e os recursos educacionais, provocando os estudantes a avançarem. Ao criar uma nova aula, o docente define os conceitos centrais, os objetivos de aprendizagem, as metodologias adotadas e o plano de avaliação ou sequência didática. Sendo possível, inclusive, definir e cadastrar as tarefas que os estudantes terão que desenvolver para acompanhar as aulas.

Os conteúdos da Busca Ativa são inseridos no Ulife, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional que visa à mediação tecnológica do processo de ensino-aprendizagem nos cursos.

8.4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio é um ato educativo que oportuniza a preparação profissional por meio da vivência na área do curso em consonância com os conhecimentos adquiridos. É nele que o estudante poderá explorar seu potencial, desenvolver capacidades e competências importantes para sua formação profissional e aplicar seus conhecimentos na prática.

O estágio supervisionado foi instituído pela Lei Nº 6.494/1977, atualmente é regulamentado pela Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, respeitadas as normas editadas pelo Conselho Nacional de Educação e Conselhos de Profissão e, ainda, atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso.

Conforme legislação supra, o estágio poderá ocorrer em duas modalidades: obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação dos documentos normativos que regem o curso, cuja distinção é apresentada a seguir:

- **Estágio supervisionado obrigatório** é aquele presente como componente curricular obrigatório na matriz curricular do curso e cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma; e
- **Estágio supervisionado não-obrigatório** é aquele desenvolvido como atividade opcional e, por isso, não está presente na matriz curricular, não sendo um requisito para aprovação e obtenção do diploma. Deve, obrigatoriamente, compatibilizar-se com o horário escolar, não prejudicando as atividades acadêmicas do estudante conforme determina a Lei de Estágio.

As atividades do estágio supervisionado – obrigatório e não-obrigatório – devem estar necessariamente ligadas às competências do perfil do egresso do curso.

A matriz curricular do curso contempla o estágio supervisionado como atividade obrigatória a ser cumprida, em função das exigências decorrentes da própria natureza da habilitação ou qualificação profissional. O deferimento da matrícula na UC de Estágio Supervisionado será formalizado por meio da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio e do Termo de Convênio pelos representantes legais da Instituição de Ensino.

O Estágio é um componente acadêmico determinante da formação profissional, uma vez que representa a principal oportunidade para o discente ampliar, na prática, o que foi estudado, permitindo a integração das unidades curriculares que compõem o currículo acadêmico, dando-lhes unidade estrutural e testando-lhes o nível de consistência e grau de entrosamento. Propicia o desenvolvimento da postura profissional e preparar os futuros egressos para novos desafios, facilitando a compreensão da profissão e aprimorando habilidades atitudinais relativas aos valores morais e éticos.

Compete ao professor supervisor de estágio acompanhar o cumprimento mínimo das horas de atividades relacionadas ao currículo, bem como avaliar todo o seu desenvolvimento, realizando a supervisão da produção de registros reflexivos e de outras avaliações periódicas das etapas, que culminam na apresentação de um relatório final de estágio.

O acompanhamento às unidades concedentes será organizado pelo responsável pelos estágios da IES. A unidade concedente será responsável em indicar um supervisor de estágio, sendo ele um funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário. O aluno deverá realizar a apresentação periódica de relatório de atividades, em prazo não superior a seis meses. O relatório deverá ser entregue na instituição de ensino ao responsável pelo estágio, assinado pelo supervisor da unidade concedente e pelo aluno.

A avaliação do estágio será realizada pelo orientador, levando em consideração: avaliação do Supervisor de Estágio; orientações realizadas; nota do Relatório Final.

8.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso, na forma definida nas Diretrizes Nacionais Curriculares e no Projeto Pedagógico do Curso, é um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, gerada a partir da prática do estágio ou dos trabalhos de investigação elaborados no decorrer do curso. Este processo de sistematização deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teóricos, metodológicos e operativos, dentro dos padrões acadêmicos exigidos. O trabalho de conclusão de curso é regulamentado por resolução aprovada pelo Conselho Superior desta Instituição de ensino.

O TCC é uma atividade obrigatória do curso com uma carga horária de 160 horas e visa fortalecer as áreas de referência do curso, consistindo em uma atividade pertencente a um projeto relacionado às áreas de concentração do curso, previamente definido pelo NDE e aprovado pelo Colegiado de Curso.

O aluno terá um prazo de, no máximo, 15 dias para a entrega da versão corrigida do TCC, juntamente com cópia eletrônica, já com as alterações sugeridas pela banca examinadora, deverão ser entregues aos respectivos orientadores para conferência e aval de validação da nota.

8.6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DA GRADUAÇÃO (ACGS)

As atividades complementares são práticas acadêmicas obrigatórias de múltiplos formatos, com o objetivo de complementar a formação do aluno, ampliar o seu conhecimento teórico-prático com atividades extraclasse, fomentar a prática de trabalho entre grupos e a interdisciplinaridade, estimular as atividades de caráter solidário e incentivar a tomada de iniciativa e o espírito empreendedor dos alunos. Essas atividades poderão ser realizadas dentro ou fora da Instituição, desde que reconhecidas e aprovadas pela IES como úteis à formação do aluno. Essas práticas se distinguem das unidades curriculares que compõem o currículo pleno de cada curso.

O aluno de Administração Pública deverá contabilizar 70 horas de atividades complementares. O modelo pedagógico Institucional prevê a categorização das atividades complementares, levando-se em consideração agrupamentos de ações similares que promovam a experiência a ser reconhecida, a título norteador, quais sejam: experiências de ensino e aprendizagem; experiências de pesquisa e produção científica; experiências culturais e desportivas; experiências administrativas e de representação estudantil; experiências de inovação tecnológica; experiências internacionais e experiências no mundo do trabalho.

As atividades complementares serão ofertadas de acordo com as diretrizes para esse curso, e algumas atividades serão oferecidas pela instituição para a formação complementar do aluno, com o objetivo de ampliar seu conhecimento teórico-prático, relacionadas ao desenvolvimento de determinadas competências aliadas ao currículo do curso.

8.7. EMENTÁRIO

BIBLIOGRAFIA - CORE CURRICULUM
ÉTICA E LÓGICA
Tipos e possibilidades do conhecimento; Produção de respostas a partir das dúvidas - do mito ao logos; Conhecimento e Ética; Noções de lógica matemática; Uso do raciocínio matemático na organização social; Quantificadores e conectivos; Implicações, negações e equivalências; Tabelas tautológicas; Modelos éticos e lógicos em uma perspectiva histórica; Contribuição da lógica para o debate ético e

para a análise de problemas; Solução de problemas contemporâneos em situações complexas e em momentos de crise.

CULTURA E ARTES

Conceitos de cultura e arte; Inter-relações entre sociedade, cultura e arte; Identidades culturais; Cultura e relações interpessoais; Cultura e arte sob a perspectiva da ideologia; Cultura, arte, política e direitos humanos; Cidadania cultural; Paradigma da diversidade cultural; Inclusão pela cultura e para a cultura; Cultura e arte no tempo histórico; Cultura e território; Dimensões sustentáveis da cultura; Culturas brasileiras; Cultura e arte sob a perspectiva das relações étnico-raciais; Expressões e manifestações culturais e artísticas; Indústria cultural; Ética e estética; Relações entre gosto e saber; Feio versus bonito; beleza; Radicalidade e transgressão; As linguagens da arte na realização cotidiana; O ser artístico e o ser artista; Criação, produção, circulação e fruição das artes; Arte e sustentabilidade; Inclusão pela arte; Cultura, arte e pensamento complexo; Cultura e arte na construção do ethos profissional; Vivências culturais; Vivências artísticas.

MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E ANÁLISE SOCIAL

Construção de uma visão macro de questões sociais, políticas, econômicas, culturais, e sua relação com o desenvolvimento humano e o equilíbrio ambiental. Tecnologia, inovação, educação ambiental, ética socioambiental, novas formas de consolidação dos direitos humanos, diversidade étnico racial, questões de gênero, processos de exclusão e inclusão social, pactos para o desenvolvimento sustentável. Criação de uma nova perspectiva destas relações e para a adoção de novas posturas individuais e coletivas voltadas à construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

INGLÊS INSTRUMENTAL E PENSAMENTO DIGITAL

Vivemos diversas revoluções simultâneas: Cognitiva, Científica, Industrial e Tecnológica. Nesse cenário, a língua inglesa se mostra como uma importante ferramenta de apoio e meio de acesso a esses múltiplos saberes que envolvem o pensamento digital. O Core Curriculum de Inglês Instrumental e Pensamento Digital abordará estratégias e técnicas de leitura e interpretação de textos em inglês para analisar e discutir sistemas digitais de informação e comunicação. Serão abordados temas como: Inteligência Artificial, Pensamento digital e Análise de Dados; Sociedade digital; A revolução tecnológica; Indústria 4.0; Internet das Coisas, com vistas ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita na língua inglesa.

PORTUGUÊS E LIBRAS

Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais: fundamentos, metodologias e tecnologias para comunicação. Diversidade dos gêneros textuais e literários. Concepções e estratégias de leitura e escrita. História dos direitos humanos; cidadania e democracia. Inclusão social e escolar; multiculturalismo, multiculturalidade, diversidades: étnico-racial, sexualidade e gênero. Políticas públicas de inclusão e suas bases legais específicas: PNE e BNCC. A argumentação nos textos orais e escritos. Libras como facilitador da inclusão. Libras: módulo básico, particularidades e práticas.

SAÚDE INTEGRAL E AMPLIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Concepções de saúde e de saúde integral: práticas integrativas e complementares, alimentação saudável, saúde do sono, saúde mental e atividade física. Relação entre doenças crônicas não transmissíveis e estilo de vida. Políticas de promoção à

saúde. Determinantes sociais em saúde. Anatomia e fisiologia básica do sistema nervoso central e conexões com o comportamento humano e as emoções. Abordagem multissistêmica, fisiológica e o gerenciamento do estresse: Modelagem do comportamento humano. Mindfulness. Emoção, assinaturas emocionais, sentimentos e razão. Bem-estar e qualidade de vida: estratégias individuais e coletivas. Consciência e atenção plena: autoconsciência e competências autorregulatórias. Neurociência e neuropsicologia das emoções. Competências socioemocionais, relacionamentos interpessoais e comunicação não violenta. Transcendência humana: atitude mental positiva e fluida. Hierarquia e competências socioemocionais e suas relações com tomada de decisões. Consciência de sujeitos, profissionais e cidadãos. Responsabilidade social e ambiental. Direitos humanos, diversidade, igualdade e justiça social. Paz positiva e cultura de paz.

NOVA ECONOMIA E ESPAÇO URBANO

Estudo das relações entre dinâmicas de poder e ocupação do território no mundo globalizado. Cidades globais como pólos de poder econômico e político. A distinção entre fronteiras políticas e fluxos econômicos como desafios para a política internacional. Fundamento da economia urbana e regional. Externalidades e economias de aglomeração. Migrações de corpos e cérebros. City branding. O que é marca-lugar?. Condições para a diversidade urbana. Economia 4.0, realidade digital e o mundo do trabalho. Políticas públicas para criação de novos negócios, profissões, e espaço para o surgimento de PMEs, em decorrência da informatização dos produtos e serviços. Fundamentos da economia urbana e regional. Direito à cidade, gentrificação e liberdade urbana.

BIBLIOGRAFIA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Estruturas e ambientes das organizações

Síntese da ementa: A unidade curricular apresenta os novos cenários de gestão e aplicabilidade no ambiente de negócios, bem como a cultura organizacional e seus principais elementos na sustentação do ecossistema corporativo. Além disso, são tratados aspectos da comunicação organizacional, do desenvolvimento organizacional e de novos modelos estruturais, diante de cenários cada vez mais competitivos. Também são abordados o empreendedorismo e inovação como premissa organizacional (Design Thinking, Business Model CANVAS, a cultura de inovação, e a liderança e Gestão de times de alta performance). Finalmente, são delineadas a evolução e os princípios jurídicos constitucionais atrelados ao empresário e empreendedor, a caracterização jurídica do empresário, as espécies societárias e eireli, o termo de instituição e contrato social, as noções jurídicas gerais de propriedade intelectual e industrial e a crise pela recuperação e falência. Detalhamento da ementa: Evolução, fontes. Princípios Jurídicos Empresariais. Empresário. Empresa. Atividade simples. Atos de Registro. Escrituração. Capacidade. Impedimentos. Nome Empresarial. Prepostos e Livros. Contribuições das principais abordagens da administração: clássica, humanística, estruturalista e japonesa. Adaptabilidade e contingencialidade nas organizações: diferentes cenários tendo o ambiente como prioridade. Educação Ambiental e sustentabilidade:

alinhamento entre sociedade e empresas. Desenvolvimento organizacional em suas diversas perspectivas. Relevância de identificação dos Bens e atributos intangíveis. Bens e incorpóreos. Valuation. Fatores a serem considerados em caso de dissolução da sociedade. Impossibilidade de enriquecimento ilícito. A crise pela recuperação e falência. Sociedades contratuais: pessoas e de capital. Simples e empresária. Personificada e despersonificada. Responsabilidade limitada e ilimitada. Desconsideração da personalidade. Sociedades não personificadas: Sociedade em comum e sociedade em conta de participação. Sociedades personificadas: sociedade simples e sociedade limitada. Sociedades por ações: capital social, companhias abertas ou fechadas, valores mobiliários, ações, constituição, órgãos de administração da companhia, liquidação, dissolução e extinção. Deveres e responsabilidades. Cultura organizacional e seus principais elementos/nuances como sustentação do ecossistema corporativo. Aprendizagem organizacional. Gestão do conhecimento. Conceito, noções, trespasse, universalidade de fato, cláusula de não-restabelecimento, locação de imóvel não residencial, proteção ao ponto. Comunicação como base das relações internas e externas: conceitos, elementos, fluxos, barreiras, estratégias. Principais institutos jurídicos da propriedade intelectual: patentes, desenhos industriais, marcas, confidencialidade e software. Concorrência desleal e software. Metodologias para Inovações Organizacionais: Design Thinking, Business Model CANVAS e Gestão Ágil. Ecossistema e Mindset empreendedor. Liderança: estilos, tipos, desafios e impactos do comportamento da liderança no ambiente corporativo; Formação e Gestão de times de alta performance.

Tomada de decisão

Tipos, estilos e níveis de tomada de decisão. Níveis de tomada de decisão em uma organização. Abordagem da economia comportamental envolvendo processos decisórios, heurísticos e vieses e impactos. Etapas do processo decisório. Ferramentas para mapeamento e diagnóstico de um problema. Ferramentas quantitativas. Estatística descritiva. Ferramentas qualitativas. Dado, informação e conhecimento. Gestão do conhecimento e seu papel para a tomada de decisão. Business intelligence, big data, data mining e sistema de informações gerenciais. A importância da informação e da comunicação no ambiente da tomada de decisão. Ferramentas para selecionar e avaliar. Gestão de riscos para a tomada de decisão. Processo de negociação. Teoria da agência. Principais indicadores de desempenho organizacional. BSC como ferramenta para a avaliação de desempenho organizacional. Governança corporativa e de informações.

Vida & Carreira

Identidade e autoconhecimento. Competências socioemocionais. Equilíbrio e dimensões da vida. Valores e talentos. Projeto de Vida e Carreira. Autogestão da carreira. Resolução de problemas. Responsabilidade Social Global. Ética. Cidadania. Diversidade Cultural. Tendências do mundo do trabalho. Auto avaliação. Metacognição. Projeto de Engajamento Social.

Aspectos humanos e socioculturais

Diferenças individuais, aprendizagem, habilidades e diversidade. Personalidade e valores. Atitudes no trabalho. Sentimentos, emoções e motivação. Sociologia Organizacional: importância das interações entre sociedade e organizações. Saúde física e mental. Qualidade de vida no trabalho. Princípios fundantes do comportamento organizacional. Cultura organizacional. Dinâmica dos grupos nas

organizações. Liderança, poder e política nas organizações. Relações interpessoais e conflitos. Competências atitudinais como diferencial na organização. A contextualização da função de gestão de pessoas no atual cenário corporativo global de intensa competitividade. Planejamento estratégico de recursos humanos. Gestão estratégica de competências. Recrutamento e seleção. Gestão da ambiência e do clima Organizacional. Treinamento e desenvolvimento de Pessoas. Retenção de talentos. Princípios jurídicos (direitos e deveres) que regem as diferentes formas das relações de trabalho e sindicais. Remuneração, benefícios e recompensas. Governança e compliance aplicados à gestão estratégica de pessoas. Indicadores de performance aplicados à gestão de pessoas. Sistemas de informação de recursos humanos. Gestão do desempenho humano e gestão de carreiras.

Ética, valores e cultura organizacional

Teoria do conhecimento: a busca do bem e do conhecimento a partir da filosofia. O conhecimento filosófico como essência. A natureza da ética. Doutrina dos métodos da ética. Ética profissional. Os princípios éticos da modernidade. Ética pós-moderna. Ética nas organizações. Stakeholders e ética. Contrato moral entre empresa e sociedade. Valores familiares, sociais e organizacionais discutidos pela perspectiva cultural. Valores fundamentais para uma empresa ética. Responsabilidade social. Filantropia e responsabilidade social. Responsabilidade Social Corporativa. Os 3 pilares da sustentabilidade: O Triple Bottom Line. Paradigmas contemporâneos sobre a ética e a atuação das organizações modernas. A organização e sua cultura, crenças, valores. Conceitos de cultura: subcultura e contracultura. Componentes da cultura organizacional. Fatores que criam e sustentam uma cultura organizacional. Valores individuais e organizacionais. Valores compartilhados e o impacto na cultura organizacional. Clima organizacional. Processo de aculturação. Processo de formação da cultura organizacional. Tipos de culturas organizacionais: Cultura adaptativa e conservadora, forte e fraca. Crenças, rituais e normas de conduta e comportamento. Manutenção da cultura organizacional. Grupos sociais: formação e tipos de grupos e o impacto na cultura organizacional. Desenvolvimento humano e organizacional. Cultura organizacional e gestão da mudança. Gestão da mudança e Aprendizagem Organizacional. Cultura organizacional como ferramenta de gestão. Efeitos da cultura organizacional no desenvolvimento dos modelos de governança corporativa. Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade corporativa como elementos da cultura organizacional.

Estado, política e direito

Estado e organização social: formas e desenvolvimento histórico. Elementos constitutivos do Estado. Soberania do Estado. Regimes políticos. Formas de governo. Sistemas de governo. Educação em Políticas de Gênero e Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: cidadania, política e democracia. Dignidade da pessoa humana, minorias e saúde mental. Princípios fundamentais. Constituição: conceito, classificação e elementos. Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais. Histórico constitucional. Constitucionalismos. Poder constituinte: originário, derivado e decorrente. Hermenêutica constitucional. Direitos e garantias fundamentais. Educação em Direitos Humanos: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Educação para a Terceira Idade e Políticas de Educação Ambiental: direitos fundamentais em espécie. Tutela constitucional das liberdades: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança individual e coletivo; mandado de injunção. Direito de

certidão. Acesso à informação. Direito de petição. Ação popular. Direitos políticos, participação política e subjetividade. Formas de sufrágio. Sistemas eleitorais. Sistemas partidários. Partidos políticos. Divisão espacial do poder. Organização do Estado: União, Estados Federados, Municípios, Distrito Federal e Territórios Federais. Repartição das competências constitucionais. Intervenção. Organização dos Poderes. Poder Legislativo. Estatuto dos congressistas. Processo Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Controle de constitucionalidade: história, conceito, espécies, momentos de controle, sistemas de controle judicial.

Fundamentos econômicos

Determinantes da Oferta e da Demanda. Equilíbrio de mercado. Anomalias e deslocamentos. Conceito de elasticidade, tipos de elasticidades. EPD: conceito, leitura, determinantes. Função produção. Tipos de Custos. Maximização de Lucros. Estruturas extremas e intermediárias. Mercado de fatores de produção. Óticas do PIB. Matriz insumo produto. Câmbio: taxa real, taxa nominal e regimes cambiais. Balanço de pagamentos. Princípio da demanda efetiva e determinantes de oferta e demanda agregada. Conceito e composição da Função consumo. A renda disponível e a propensão marginal a consumir. Gastos do governo e seu impacto sobre a demanda agregada. O multiplicador de gastos. TQM. Política monetária e seus impactos. Conceito, tipos e métricas de inflação.

Gestão estratégica de finanças

Síntese da ementa: A unidade curricular cria plenas condições para que os discentes assimilem conhecimentos e desenvolvam compreensão da gestão estratégica em finanças por meio de temáticas científicas atualizadas e instrumentos avançados, em consonância com as melhores práticas existentes no ambiente corporativo. Também estimula a criatividade para aplicação de novas práticas, trazendo inovação ao mundo das finanças, bem como manifestem interesse e competência para o (intra)empreendedorismo. Detalhamento da ementa: Finanças corporativas e estratégias de negócios; Métodos de projetos de avaliação de investimentos; Análise de equilíbrio e sensibilidade; Formas de financiamento (capital próprio x capital de terceiros); Custo e estrutura de Capital; Análise de Gestão de capital de giro; Flexibilização dos padrões de crédito; Alavancagem Operacional e Financeira: relação risco e retorno em operações alavancadas; Vantagens e as limitações da implantação do orçamento; Condições para a implantação do sistema orçamentário; Elaboração do sistema orçamentário; Planos de seguros e previdência; Apuração e determinação de contribuição e benefícios previdenciários; Gestão de risco e retorno.

Cenários e desenvolvimento socioeconômico

As Revoluções Industriais: origens, impactos e rupturas. Os três eixos da Revolução 4.0: tecnologia, negócios e pessoas. Crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil e no mundo. Triple bottom line: sustentabilidade social, ambiental, financeira. Liberalismo e keynesianismo. Crises do capitalismo. Modelos de desenvolvimento e dependência. Origens, avanços e retrocessos da indústria no Brasil. Impasses políticos da República. Pobreza, concentração e distribuição de renda. Economia e política no militarismo. Força do mercado interno. Empreendedorismo nacional. Reestruturação produtiva.

Globalização e estratégia

Os assuntos trabalhados nesta unidade curricular envolvem a importância da adequação dos padrões globais de produção e de consumo às realidades locais, considerando a gestão de cadeias de suprimentos globais, a queda de barreiras geográficas e a criação do que se chama “local virtual” e os arranjos produtivos pautados pelas abordagens ECD (estrutura-conduta-desempenho), RBV (visão baseada em recursos) e KBV (visão baseada no conhecimento e na cooperação). Para isso, o percurso dos estudos e das discussões compreendem a estratégia em níveis Corporativo (definição do escopo de negócios e da forma de expansão) e Competitivo (indústria, mercado, valor, cooperação e coopetição), a criação de Valor (ganhos para o cliente, a organização e a sociedade), os paradigmas do socialismo e do neoliberalismo nas discussões sobre livre mercado, a estratégia do Oceano Azul (definindo a curva de valor para espaços competitivos menos agressivos) e as estratégias de internacionalização de empresas: escolas e correntes teóricas, análise e seleção de mercados, definição do modo de entrada conforme o nível de comprometimento mais apropriado, gestão de organizações internacionalizadas e desinvestimento (saída de mercados externos). A Aprendizagem Organizacional é abordada na perspectiva das relações industriais, da cooperação e dos conflitos no mundo do trabalho, se correlacionando com a inteligência estratégica (qualidade dos dados e das informações), a antropologia digital (diferenças geracionais e tendências comportamentais) e a economia global digital (revoluções econômicas/industriais contemporâneas, desintermediação, terceirização, manufatura aditiva, simulações, sociedade digital, preço e moeda escritural X moeda virtual. De forma transversal a todos os assuntos, o aluno é provocado a refletir sobre os elementos de gestão responsável nos negócios (sustentabilidade, stakeholders, negócios sociais, nova economia e outros) a partir dos estudos voltados à base da pirâmide (inserção econômica, desempenho do preço, visões de qualidade, sustentabilidade e lucratividade) com modelos de negócio disruptivos capazes de entregar valor de forma ampla: stakeholders e shareholders.

Relações jurídicas internacionais

Direito internacional público: conceito, fontes, princípios. Direito internacional dos tratados. Sujeitos de direito internacional público. Estado: elementos e princípios de regência internacional. Estado, imunidade à jurisdição estatal, consulados e embaixadas. Organizações internacionais: conceito, natureza jurídica, elementos caracterizadores e espécies. Nacionalidade: pessoa natural e pessoa jurídica. Estatuto das pessoas jurídicas internacionais. Refúgio e asilo político: conceito, natureza e disciplina. Condição jurídica do imigrante. Lei de migração: princípios, vistos, repatriação, deportação, expulsão e extradição. Aplicação do direito estrangeiro: identificação, interpretação e limites. Empresas binacionais e transnacionais. Mercado comum do sul (MERCOSUL). Direito comunitário e formas de integração. Direitos Humanos: história e antropologia. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Mecanismos de implementação. Sistemas global e regionais de proteção dos Direitos Humanos: características e comparações. Proteção internacional do meio ambiente. Solução de conflitos internacionais. Relações diplomáticas, políticas, jurisdicionais, econômicas e culturais. Cortes internacionais. Tribunal penal internacional. Direito internacional privado: conceito, fontes e objeto. Direito civil internacional: direitos reais, direito das famílias, direito das sucessões; obrigações e contratos internacionais. O método conflitual: normas indiretas, qualificação prévia e elemento de conexão aplicado às

relações jurídicas de família, sucessões, obrigacionais e contratuais. Direito processual internacional: jurisdição internacional e cooperação jurídica internacional.

Gestão de operações e serviços públicos

Estado, governo e sociedade. Serviços Públicos: Saúde, Educação, Segurança e Mobilidade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: políticas públicas de inclusão social, políticas de cotas étnico-raciais na administração pública e a participação de minorias étnico-raciais no serviço público. Accountability e Responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, sustentabilidade socioambiental e controles de resultados. Gestão de Operações. Filas, Tipos, Causas e Consequências. Administração de Projetos. Técnicas Japonesas. Ferramentas Tecnológicas e Sistemas de Gestão. Ferramentas da Qualidade e KPI's (Indicadores Chaves de Processos).

Relações estatais, meio ambiente e sustentabilidade

Estado, Governo e Administração Pública. Administração Pública: princípios, fontes e interpretação. Segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público (Lei n. 13.655/2018). Regime jurídico administrativo. Organização administrativa brasileira. Agências reguladoras e parcerias público-privadas. Serviços públicos. Responsabilidade do Estado. Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei n. 13.303/2016): a introdução normativa de técnicas de compliance na gestão pública brasileira. Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013). Poderes administrativos: poderes e deveres do administrador público; uso e abuso de poder; vinculação e discricionariedade. Poder de polícia. Atos administrativos. Processo Administrativo. Controle da Administração Pública: controle administrativo; controle legislativo; controle externo a cargo do Tribunal de Contas; controle judiciário. Agentes públicos: espécies; regime jurídico; direitos; deveres; responsabilidades; teto remuneratório. Improbidade administrativa (Lei n. 8.429/1992). Abuso de autoridade (Lei n. 13.869/2019). Licitação e contratos administrativos. Convênios e Consórcios. Intervenção estatal na propriedade: desapropriação; requisição; servidão administrativa; ocupação; tombamento. Domínio público: afetação; desafetação; regime jurídico; aquisição; alienação. Utilização de bens públicos pelos particulares. A Administração Pública em juízo. O Estado e o desenvolvimento econômico e sustentável. O Direito Ambiental como direito econômico. A natureza econômica das normas de Direito Ambiental. Direito ambiental: conceito; objeto; princípios fundamentais. Normas constitucionais relativas à proteção ambiental. Competências constitucionais em matéria ambiental. Sistema Nacional do meio ambiente. Estudo de impacto ambiental e licenciamento ambiental. Responsabilidade ambiental. Dano ambiental material e moral. Reparação do dano ambiental. Tutela processual do meio ambiente. Tutela penal do meio ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Áreas de preservação permanente e reserva legal. Recursos hídricos e energia. Biodiversidade. Biossegurança. Patrimônio genético. Agrotóxicos. O meio ambiente como Direito Humano.

Contabilidade pública, socioambiental e avançada
Estrutura de Capital das Empresas. Reorganização Societária. Participações Societárias. Consolidação das Demonstrações Contábeis. Estrutura conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Patrimônio Público. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, Escrituração Contábil e Demonstrações Contábeis do Setor Público
TCC Trabalho de conclusão de curso
A construção do conhecimento em Psicologia, de acordo com a ênfase escolhida. A coerência entre problemas de pesquisa e referencial teórico-metodológico. A redação dos relatórios científicos de acordo com a forma de comunicação escolhida. Produção do trabalho acadêmico como sedimentação do conhecimento construído no percurso formativo do aluno

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DISCENTE

A proposta de avaliação está organizada considerando o conceito de avaliação contínua, ou seja, avaliações e feedbacks mais frequentes, para que seja possível acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e intervir com mais assertividade. Além disso, as avaliações propostas têm diferentes objetivos, todos alinhados com as competências que os estudantes devem desenvolver neste nível de ensino. Desta forma, as avaliações estão planejadas da seguinte forma:

Avaliação 1 (A1) – Dissertativa | 30 pontos

Avalia a expressão da linguagem específica de determinada área. O aluno precisa saber se expressar, sobretudo, na área em que ele irá atuar – com os códigos, símbolos, linguajar e dialeto inerentes a determinada área do conhecimento, levando-se em conta a realidade profissional ali compreendida. Pretende-se, nessa etapa avaliativa, verificar a capacidade de síntese e de interpretação, analisando-se a capacidade do aluno de não apenas memorizar, mas expressar-se criativamente diante de situações semelhantes aos reais.

Avaliação 2 (A2) – Múltipla escolha | 30 pontos

Avalia a leitura, a interpretação, a análise e o estabelecimento de relações considerando, portanto, essas competências.

Avaliação 3 (A3) – Avaliação dos desempenhos | 40 pontos

Avalia a compreensão efetiva do aluno em relação à integração dos conhecimentos propostos na unidade curricular. Consistirá no desenvolvimento de um projeto em que demonstre, por meio de um produto que pode ser texto, artigo, vídeo, entre outros, a mobilização dos conteúdos para resolver uma situação problema do mundo contemporâneo. É analisada, especialmente, a capacidade e a tendência de usar o que se sabe para operar o mundo e, também, a criatividade na proposta de soluções.

Durante todo o processo da A3, também são desenvolvidas e avaliadas as *soft skills* – competências socioemocionais dos estudantes.

Ressalta-se que o *feedback* dos professores constituirá elemento imprescindível para construção do conhecimento, portanto, será essencial que o docente realize as devolutivas necessárias, ao longo do semestre letivo. Para a A1 e A2 a devolutiva deverá ocorrer, necessariamente, após a divulgação das notas e, no caso da A3, durante o processo.

Na unidade curricular presencial, estará aprovado – naquela unidade curricular – o aluno que obtiver, na soma das três avaliações (A1+A2+A3), a nota mínima de 70 pontos e atingir, no mínimo, 75% de frequência nas aulas presenciais. Nas unidades curriculares digitais (UCD), estará aprovado o aluno que obtiver, na soma das três avaliações (A1+A2+A3), a nota mínima de 70 pontos.

Para os alunos que não obtiveram a soma de 70 pontos será oferecida a Avaliação Integrada, conforme esclarecido a seguir, com o valor de 30 pontos.

O aluno que tenha obtido nota final inferior a 70 pontos e, no mínimo 75% de presença nas aulas da unidade curricular presencial, poderá realizar avaliação integrada (AI) no início do semestre seguinte, que valerá de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.

9.1. AVALIAÇÃO INTEGRADA

A avaliação integrada consiste em uma prova, a ser realizada em data prevista no calendário acadêmico, abrangendo o conteúdo integral da unidade curricular e substituirá, entre A1 e A2, a menor nota. Após o lançamento da nota da avaliação integrada (AI), o aluno que obtiver 70 pontos, como resultado da soma das avaliações (A1, A2 e A3), será considerado aprovado. O aluno que, porventura, vier a ser reprovado na unidade curricular, deverá refazê-la, na modalidade presencial ou digital, respeitada a oferta. A reprovação em componente curricular não interromperá a progressão do aluno no curso.

9.2. AVALIAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR VIDA & CARREIRA

O componente curricular Vida & Carreira será avaliado por meio de atribuição de conceito e, por presença, quando o componente for presencial. O aluno que cursa o Vida & Carreira presencial será aprovado quando comparecer ao menos em 75% das aulas presenciais e receber o conceito aprovado (A), resultante da avaliação das atividades propostas ao longo do semestre. O aluno que cursar o Vida & Carreira digital será aprovado se obtiver o conceito aprovado (A), resultante da avaliação das atividades propostas ao longo do semestre.

9.3. AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Na hipótese do estágio se constituir como competente curricular previsto no projeto pedagógico do curso de graduação, em conformidade com a legislação e as diretrizes curriculares pertinentes àquele curso, será ofertado e avaliado com os conceitos aprovado (A) ou reprovado (R). A carga horária correspondente ao estágio, designada na matriz curricular do curso, será cumprida nos termos do projeto pedagógico do curso e do regulamento de estágio, quando existente. Referidas atividades serão supervisionadas por um professor orientador a quem cumprirá propor, acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos. Na hipótese de reprovação o aluno deverá, observada a oferta e disponibilidade de horário, efetuar nova matrícula nesse componente.

9.4. AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Caso o trabalho de conclusão de curso se constitua como componente curricular previsto no projeto pedagógico do curso de graduação, será orientado e avaliado com os conceitos aprovado (A) ou reprovado (R), observados os critérios, regras e regulamento específicos emanados do Núcleo Docente Estruturante do curso de graduação. Na hipótese de reprovação o aluno deverá, observada a oferta e disponibilidade de horário, efetuar nova matrícula neste componente.

9.5. CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES E EXTENSÃO

Nas atividades complementares e nas atividades de extensão o aluno que comprovar, durante a integralização, o cumprimento integral da carga horária definida na matriz curricular, observado no Projeto Pedagógico do Curso, obterá o conceito “cumpriu”.

10. AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DO CURSO

Em atendimento as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e às Orientações da Comissão Nacional da Avaliação da Educação Superior (CONAES), a instituição conta uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) que atua junto aos setores da Instituição promovendo medidas de avaliação interna e de acompanhamento e análise das avaliações externas.

O processo de avaliação institucional compreenderá dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa. No primeiro, ou seja, na autoavaliação, a instituição reunirá percepções e indicadores sobre si mesma, para então construir um plano de ação que defina os aspectos que poderão ser melhorados a fim de aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais, e/ou o aumento de sua eficiência organizacional.

Essa autoavaliação, realizada em todos os cursos da IES, a cada semestre, de forma quantitativa e qualitativa, atenderá à Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), nº 10.8601, de 14 de abril de 2004. A legislação irá prever a avaliação de dez dimensões, agrupadas em 5 eixos, conforme ilustra a figura a seguir.

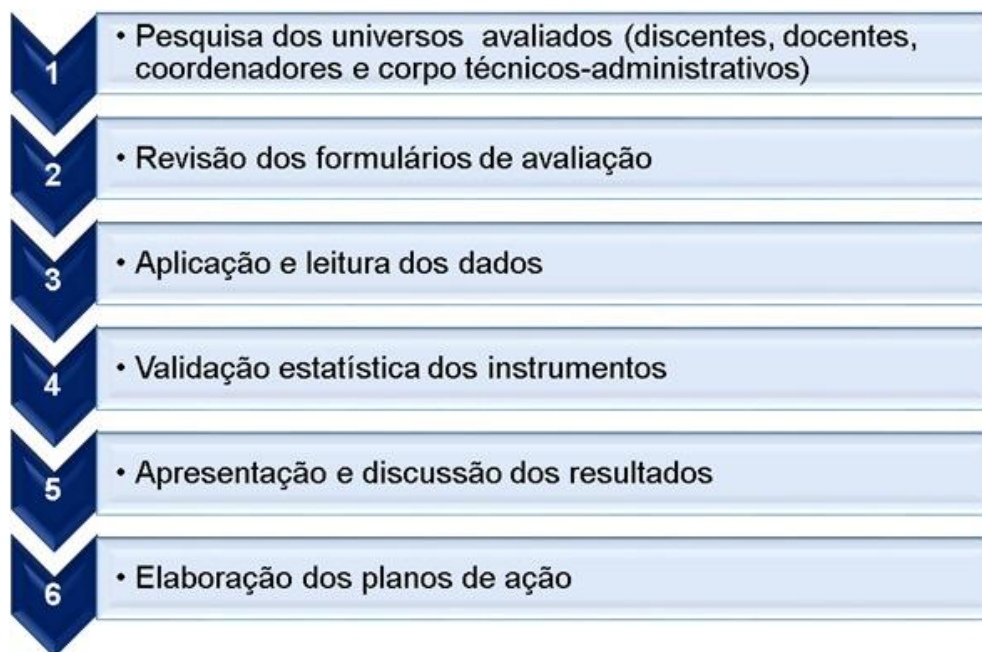
Figura 3 – Eixos e dimensões do SINAES



Fonte: SINAES / elaborado pela CPA.

O processo de autoavaliação da IES será composto por seis etapas que, de forma encadeada, promoverão o contínuo pensar sobre a qualidade da instituição.

Figura 4 – Etapas do processo avaliativo



Fonte: elaborado pela CPA.

Os objetivos traçados para a avaliação institucional são atingidos com a participação efetiva da comunidade acadêmica, em data definida no calendário escolar para aplicação dos instrumentos e envolve, primeiramente, os diretores e coordenadores de cursos, em seguida os docentes e funcionários técnico-administrativos e, por fim, a comunidade discente. A versão dos modelos específicos é amplamente divulgada e apresentada aos respectivos coordenadores para deliberação.

As iniciativas descritas compõem recursos de avaliação interna. Contudo, destaque deve ser feito para a avaliação externa, que consideram: Avaliação do curso por comissões de verificação in loco designadas pelo INEP/MEC; Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante (ENADE); Conceito Preliminar do Curso (CPC) que é gerado a partir da nota do ENADE combinado com outros insumos, como o delta de conhecimento agregado ao estudante (IDD), corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica

O ENADE fornece informações que podem auxiliar a IES e o curso na análise do perfil de seus estudantes e, conseqüentemente, da própria instituição e o curso. Após a

divulgação dos resultados do ENADE, realiza-se uma análise do relatório de avaliação do curso, a fim de verificar se todas as competências abordadas no Exame estão sendo contempladas pelos componentes curriculares do curso. Após a análise, elabora-se um relatório com as ações previstas para a melhoria do desempenho do curso. Ao integrar os resultados do ENADE aos da autoavaliação, a IES inicia um processo de reflexão sobre seus compromissos e práticas, a fim de desenvolver uma gestão institucional preocupada com a formação de profissionais competentes tecnicamente e, ao mesmo tempo, éticos, críticos, responsáveis socialmente e participantes das mudanças necessárias à sociedade.

Dessa forma, a gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação e os resultados das avaliações externas, por meio de estudos e planos de ação que embasam as decisões institucionais com foco no aprimoramento contínuo.

11. DOCENTES

O corpo docente do curso é composto por educadores com sólida formação acadêmica e relevante qualificação profissional, além da experiência na docência superior (presencial e a distância), aptos a atuarem nos diversos ambientes de aprendizagem utilizados pelo curso. Em sua maioria, são docentes com título de mestre ou doutor, oriundos de reconhecidos programas de pós-graduação stricto sensu.

Os educadores são selecionados de acordo com as Unidades Curriculares a serem ofertadas, considerando as demandas formativas do curso, os objetivos de aprendizagem esperados e o fomento ao raciocínio crítico e reflexivo dos estudantes.

Os docentes do curso que conduzem os encontros presenciais e a tutoria das atividades realizadas no AVA. Para isso, são incentivados e orientados a participarem da capacitação docente, visando ao constante aperfeiçoamento na sua atuação como profissionais, assim como na preparação de atividades, objetivando a verticalização dos conhecimentos nas diversas áreas de atuação do profissional a ser formado. Os docentes do curso participam também de programas e projetos de extensão mediante editais internos e externos.

Todos os educadores/tutores que atuam nas unidades curriculares do curso possuem ampla experiência na docência do ensino superior. Para o atendimento relativo às demandas do ambiente virtual de aprendizagem, a IES conta com professores do seu corpo docente já capacitados a realizar tal demanda. São professores que recebem semestralmente orientação e capacitação da equipe de Gestão Docente da IES para atuar e conduzir com excelência o ensino híbrido, identificar possíveis dificuldades de aprendizagem dos alunos e propor estratégias para saná-las.

12. INFRAESTRUTURA

A Instituição possui uma infraestrutura moderna, que combina tecnologia, conforto e funcionalidade para atender as necessidades dos seus estudantes e educadores. Os múltiplos espaços possibilitam a realização de diversos formatos de atividades e eventos como atividades extensionistas, seminários, congressos, cursos, reuniões, palestras, entre outros.

Todos os espaços da Instituição contam com cobertura *wi-fi*. As dependências estão dentro do padrão de qualidade exigido pela Lei de Acessibilidade n. 13.146/2015, e o acesso às salas de aula e a circulação pelo *campus* são sinalizados por pisos táteis e orientação em braile. Contamos, também, rampas ou elevadores em espaços que necessitam de deslocamento vertical.

12.1. ESPAÇO FÍSICO DO CURSO

Os espaços físicos utilizados pelo curso serão constituídos por infraestrutura adequada que atenderá às necessidades exigidas pelas normas institucionais, pelas diretrizes do curso e pelos órgãos oficiais de fiscalização pública.

12.1.1. Salas de aula

As salas de aula do curso estarão equipadas segundo a finalidade e atenderão plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade necessários à atividade proposta. As salas possuirão computador com projetor multimídia e, sempre que necessário, os espaços contarão com manutenção periódica.

Ademais, serão acessíveis, não somente em relação à questão arquitetônica, mas também, quando necessário, a outros âmbitos da acessibilidade, como o instrumental, por exemplo, que se materializará na existência de recursos necessários à plena participação e aprendizagem de todos os estudantes.

Outro recurso importante será a presença do intérprete de Libras na sala de aula caso também seja necessário e solicitado. A presença do intérprete contribuirá para superar

a barreira linguística e, conseqüentemente, as dificuldades dos estudantes surdos no processo de aprendizagem.

12.1.2. Instalações administrativas

As instalações administrativas serão adequadas para os usuários e para as atividades exercidas, com o material indicado para cada função. Além disso, irão possuir iluminação e ventilação artificial e natural. Todos os mobiliários serão adequados para as atividades, e as salas serão limpas diariamente, além de dispor de lixeiras em seu interior e nos corredores.

12.2. INSTALAÇÕES PARA OS DOCENTES

12.2.1. Sala dos professores

A instituição terá à disposição dos docentes uma sala coletiva, equipada com recursos de informática e comunicação. O espaço contará com iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação, comodidade e limpeza apropriados ao número de professores, além de espaço destinado para guardar materiais e equipamentos didáticos. O local será dimensionado de modo a considerar tanto o descanso, quanto a integração dos educadores.

12.2.2. Espaço para professores em tempo integral

O curso irá oferecer gabinete de trabalho plenamente adequado e equipado para os professores de tempo integral, atendendo de forma excelente aos aspectos de disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade apropriados para a realização dos trabalhos acadêmicos.

Com relação aos equipamentos e aos recursos de informática, a facilitação do acesso por parte de professores com deficiência ou mobilidade reduzida poderá se dar por meio da adequação dos programas e da adaptação dos equipamentos para as necessidades advindas da situação de deficiência (deficiências físicas, auditivas, visuais e cognitivas) a partir do uso de *softwares* especiais, ponteiras, adaptações em

teclados e mouses, etc. A tecnologia assistiva adequada será aquela que irá considerar as necessidades advindas da especificidade de cada pessoa e contexto e favorecerá a autonomia na execução das atividades inerentes à docência.

12.2.3. Instalações para a coordenação do curso

A coordenação do curso irá dispor de gabinete de trabalho que atenderá plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade proposta, além de equipamentos adequados, conforme poderá ser visto na visita *in loco*. A coordenação do curso contará com uma equipe de apoio, uma central de atendimento ao aluno a fim de auxiliar e orientar os discentes em questões financeiras e em relação à secretaria, a estágio e à ouvidoria.

12.3. LABORATÓRIOS DO CURSO

12.3.1. Laboratórios de informática

A instituição providenciará recursos de informática aos seus discentes (recursos de *hardware* e *software*), a serem implantados de acordo com as necessidades do curso. Serão disponibilizados laboratórios específicos e compartilhados de informática entre os vários cursos, todos atendendo às aulas e às monitorias. Os alunos terão acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores e uso de diferentes *softwares* e internet.

Os laboratórios de informática irão auxiliar tecnicamente no apoio às atividades de ensino e pesquisa, da administração e da prestação de serviços à comunidade. Os laboratórios de informática, a serem amplamente utilizados pelos docentes e discentes, irão garantir as condições necessárias para atender às demandas de trabalhos e pesquisas acadêmicas, promovendo, também, o desenvolvimento de habilidades referentes ao levantamento bibliográfico e à utilização de bases de dados. O espaço irá dispor de equipamentos para propiciar conforto e agilidade aos seus usuários, que poderão contar com auxílio da equipe de Tecnologia da Informação (TI), nos horários de aulas e em momentos extraclasse, para esclarecer dúvidas e resolver problemas.

Existirão serviços de manutenção preventiva e corretiva na área de informática. O mecanismo *helpdesk* permitirá pronto atendimento pelos técnicos da própria IES, que também irá firmar contratos com empresas de manutenção técnica. A instituição irá dispor de plano de expansão, proporcional ao crescimento anual do corpo social. Será atribuição da área de TI a definição das características necessárias para os equipamentos, servidores da rede de computadores, base de dados, telecomunicações, internet e intranet.

12.4. BIBLIOTECA

A biblioteca é gerenciada em suas rotinas pelo *software* Pergamum, programa desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em conjunto com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em seu acervo, constam não apenas livros da bibliografia básica das UCs ofertadas, mas também da bibliografia complementar, além de livros para consulta interna, dicionários, *e-books*, enciclopédias, periódicos, jornais e materiais audiovisuais especializados nas áreas de atuação das unidades, e está totalmente inserido no Sistema Pergamum, com possibilidade de acesso ao catálogo *on-line* para consulta (autor, título, assunto e booleana), reserva e renovação.

A composição do acervo está diretamente relacionada aos novos meios de publicação de materiais bibliográficos, constituindo uma variedade de recursos que atende às indicações bibliográficas dos cursos e da comunidade em geral.

A instituição mantém assinaturas das bases de dados multidisciplinares da EBSCO e Vlex, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Bases de Dados disponíveis

Bases de Dados	Conteúdo
Vlex	Revistas especializadas e atualizadas, coleções de doutrinas essenciais, legislação comentada e pareceres da área jurídica.
Academic Search Premier	Ciências biológicas, sociais, humanas e aplicadas; educação, engenharias, idiomas e linguística, arte e literatura; tecnologia da informação, negócios, medicina, direito, arquitetura, design, comunicação.
Dentistry & Oral Sciences Source	Odontologia geral e estética, anestesia dental, saúde pública, ortodontia, odontologia forense, odontologia geriátrica e pediátrica, cirurgia.

Business Source Premier	Negócios, incluindo contabilidade e impostos, finanças e seguros, marketing e vendas, ciências da computação, economia, recursos humanos, indústria e manufatura, direito, psicologia para negócios, administração pública, transporte e distribuição.
SPORTDiscus With Full Text	Medicina esportiva, fisiologia do esporte e psicologia do esporte à educação física e recreação.
World Politics Review	Análise das tendências globais.
Nutrition Reference Center	Conteúdo sobre nutrição, desde dietas específicas a condições até habilidades e práticas dietéticas, elaboradas por uma equipe de nutricionistas e nutricionistas de classe mundial.
MEDLINE Complete	Revistas biomédicas e de saúde.
Fonte Acadêmica	Agricultura, ciências biológicas, ciências econômicas, história, direito, literatura, medicina, filosofia, psicologia, administração pública, religião e sociologia
Engineering Source	Engenharia Civil, Elétrica, Computação, Mecânica, entre outras.
Regional Business News	Esta base de dados fornece cobertura abrangente de texto completo de publicações regionais da área de negócios. O Regional Business News incorpora mais de 80 publicações de negócios regionais cobrindo todas as áreas urbanas e rurais nos EUA.
Ageline	O AgeLine é a fonte premier da literatura de gerontologia social e inclui conteúdo relacionado a envelhecimento das ciências biológicas, psicologia, sociologia, assistência social, economia e políticas públicas.
Legal Collection	Essa base de dados contém o texto completo de mais de 250 das mais respeitadas revistas acadêmicas de direito do mundo. O Legal Collection é uma fonte reconhecida de informações sobre atualidades, estudos atuais, pensamentos e tendências do mundo jurídico.

O acesso ao acervo é aberto ao público interno da IES e à comunidade externa. Além disso, é destinado espaço específico para leitura, estudo individual e em grupos. O empréstimo é facultado a alunos, professores e colaboradores administrativos e poderá ser prorrogado desde que a obra não esteja reservada ou em atraso.

Além do acervo físico, a IES oferece também a toda comunidade acadêmica o acesso a milhares de títulos em todas as áreas do conhecimento por meio de cinco plataformas digitais. A Biblioteca Virtual Pearson, a Minha Biblioteca, Biblioteca Digital Senac e Biblioteca Digital ProView, que irão contribuir para o aprimoramento e aprendizado do aluno. Elas possuem diversos recursos interativos e dinâmicos que contribuirão para a disponibilização e o acesso a informação de forma prática, acessível e eficaz. A plataforma da Biblioteca Virtual Pearson é disponibilizada pela editora Pearson e seus selos editoriais. O aluno terá à sua disponibilidade o acesso a aproximadamente 10.000 títulos. Na plataforma Minha Biblioteca, uma parceria dos Grupos A e Gen e seus selos editoriais. Com estas editoras o aluno terá acesso a aproximadamente 11.000 títulos, além de poder interagir em grupo e propor

discussões no ambiente virtual da plataforma. Na plataforma Biblioteca Digital Senac nossa comunidade acadêmica terá acesso a aproximadamente 1200 títulos publicados pela Editora Senac São Paulo. Na plataforma Biblioteca Digital ProView são disponibilizados aproximadamente 1.200 títulos específicos para a área jurídica. É disponibilizado ainda, o acesso a plataforma de Coleção da ABNT, serviço de gerenciamento que proporciona a visualização das Normas Técnicas Brasileiras (NBR). As plataformas estarão disponíveis gratuitamente com acesso ilimitado para todos alunos e professores. O acesso será disponibilizado pelo sistema Ulife.

As bibliotecas virtuais têm como missão disponibilizar ao aluno mais uma opção de acesso aos conteúdos necessários para uma formação acadêmica de excelência com um meio eficiente, acompanhando as novas tendências tecnológicas. A IES, dessa forma, estará comprometida com a formação e o desenvolvimento de um cidadão mais crítico e consciente.